ASMP Informa

Informativo da Associação Sergipana do Ministério Público - Ano I - N°6 - Setembro 2016

PLP 257/16 é aprovado com alterações

ASMP participou de mobilizações em Sergipe e Brasília

O Projeto de Lei Complementar 257/2016, que trata da renegociação das dívidas dos Estados, foi aprovado na madrugada do dia 10 de agosto, na Câmara dos Deputados.

Representantes da FRENTAS - Frente Associativa do MP e da Magistratura realizaram diversas mobilizações em todo o país, na tentativa de diminuir os impactos do Projeto nos orçamentos do Ministério Público, do Poder Judiciário e outros órgãos autônomos. O texto original proposto pelo Governo Federal previa a redução drástica dos recursos financeiros das instituições que combatem a corrupção e que trabalham para garantir os direitos do cidadão. Caso aprovado, o Ministério Público teria que realizar demissões em massa de servidores

continua página 2

ASMP discute situação dos Procuradores e Promotores inativos do Ministério Público de Sergipe **Pág. 6**

e investigações seriam prejudicadas.

A versão aprovada pela Câmara não prevê alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal, afastando-se também as demais disposições que colocavam em risco a continuidade das atividades do MP. A CONAMP trabalhou em conjunto com o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG), com as entidades que integram a Frente Associativa do Ministério Público e da Magistratura (FRENTAS), com a Associação Nacional dos Defensores Públicos, dentre outros.

A Associação Sergipana do Ministério Público - ASMP participou ativamente das mobilizações contra o PLP 257/2016, realizadas em Aracaju e Brasília. Em Aracaju, reuniu-se, no dia 05/08, com os Deputados Federais André Moura (PSC), João Daniel (PT) e Bosco Costa (PROS), em encontro promovido pela FRENTAS.

A ASMP participou, ainda, da Mobilização Nacional contra o PLP 257, em Brasília, no período de 8 a 10 de agosto, através de seu Presidente, Nilzir Vieira, e dos integrantes de sua Comissão de Acompanhamento Legislativo, os Promotores de Justiça Peterson Almeida e Ricardo Sobral. Também se engajaram na mobilização o Procurador-Geral de Justiça José Rony Almeida, e o Secretário-Geral do MPSE, Manoel Cabral Machado Neto.

No final da tarde do dia 08/08, essa comitiva se reuniu com o Líder do Governo na Câmara dos Deputados, André Moura (PSC), obtendo informações relevantes para orientar os trabalhos e as tratativas em curso.

Para o Presidente da ASMP, o trabalho realizado pelos representantes das entidades de classe e das instituições foi fundamental para que o texto original do PLP 257 não fosse aprovado.

"O texto original do PLP 257/2016 trazia disposições que asfixiariam financeiramente o Ministério Público, Poder Judiciário e outras instituições essenciais para o Estado Democrático de Direito. Demissões em massa de servidores e a drástica limitação dos serviços oferecidos à sociedade seriam algumas das consequências dessa propositura, que recebeu a designação "PL do Juízo Final". Felizmente, o gigantesco trabalho de convencimento realizado pelas entidades de classe e pelas chefias das instituições conseguiu sensibilizar os parlamentares e o Governo, de modo a retirar do texto as disposições mais nocivas. É uma vitória a se celebrar, mas, de qualquer modo, devemos permanecer alertas para confrontar as inúmeras outras propostas que atingem o funcionamento ou as atribuições do Ministério Público Brasileiro", concluiu Nilzir Vieira.

Expediente

Nilzir Soares Vieira Junior
PRESIDENTE
João Rodrigues Neto
1º VICE- PRESIDENTE
Diego Gouveia Pessoa De Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Daniel Carneiro Duarte
1º SECRETÁRIO
Fabiana Carvalho Viana Franca
2ª SECRETÁRIA
Flaviano Almeida Santos
1º TESOUREIRO
Mírian Teresa Cardoso Machado
2ª TESOUREIRA

Conselho Fiscal
Ernesto Anízio Azevedo Melo
Ricardo Sobral Sousa
Maria Rita Machado Figueiredo

Suplentes
Ana Cláudia Machado Costa Moraes
Juliana Checcucci Carballal
Enid Santos de Oliveira

Diretorias
DIRETORIA SOCIAL
Maria Helena Sanches Lisboa
DIRETORIA CULTURAL
Ana Galgane Paes
DIRETORIA DE ESPORTES
Solano Lúcio de Oliveira Silva
DIRETORIA DE ASSUNTOS PARA APOSENTADOS
José Renato Lima Sampaio
DIRETORIA JURÍDICA
Raimundo Bispo Filho
DIRETORIA DE INFORMÁTICA
Waltenberg Lima de Sá

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Bruna de Carvalho
ASCOM ASMP

Ato reúne entidades representativas do Ministério Público e Magistratura e Senadores por Sergipe

Projeto de Lei de Abuso de Autoridade e temas que afetam diretamente carreiras estiveram em pauta

A FRENTAS - Frente Associativa da Magistratura e Ministério Público realizou um encontro com Senadores da bancada sergipana no dia 1º de agosto, na sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), para debater a recomposição dos subsídios da Magistratura e do Ministério Público, o Projeto de Lei de Abuso de Autoridade, e outros temas que afetam diretamente essas carreiras e que tramitam no Congresso Nacional.

Atenderam ao convite para a reunião os Senadores Eduardo Amorim (PSC) e Ricardo Franco (DEM).

O Presidente da Associação Sergipana do Ministério Púbico (ASMP), Nilzir Vieira, inicialmente discorreu sobre os projetos de lei que revisam os subsídios dos Ministros do STF e do Procurador-Geral da República e que define os crimes de abuso de autoridade.

Sobre o novo PL 280/2016 (Abuso de Autoridade), o Presidente da ASMP defendeu um amplo debate entre o Parlamento, a sociedade e as instituições potencialmente atingidas pela propositura. "Chegamos ao consenso de que essa legislação, editada na década de 1960, realmente demanda um aperfeiçoamento, uma revisão, que, no entanto, não pode ser feita de forma apressada, até pela natureza da matéria que encerra, penal e processual penal. As entidades representativas da Magistratura e do Ministério Público enxergam nessa iniciativa e, sobretudo no ritmo que se pretende imprimir à sua tramitação, uma reação, uma retaliação às ações do Ministério Público, Polícia e Poder Judiciário, no combate à corrupção em nosso país. A revisão de uma lei vigente desde a década de 1960 não pode ser promovida "a toque de caixa e repique de sino". Somos a favor dessa revisão, mas defendemos que a tramitação se dê de forma regular, com amplo debate com a sociedade, com os órgãos que serão atingidos em sua atuação, para que todas essas instituições continuem trabalhando sem as amarras que se pretende criar com esse projeto", afirmou o Presidente.

O Procurador-Geral de Justiça, Rony Almeida, externou preocupação com o PLC 257, que trata da renegociação das dívidas dos Estados, e estava para ser votado na Câmara dos Deputados. Também se opôs ao PL 280: "Estamos vivendo uma inversão de valores no Brasil. Os órgãos de controle e fiscalização deveriam estar sendo prestigiados com orçamento e dispositivos legais para fortalecer a atuação em benefício da sociedade. A nova Lei de Abuso de Autoridade é para intimidar e para ameaçar. Não há uma intenção de proteger a coletividade de eventuais abusos cometidos por agentes públicos. Pedimos aos Senadores que esse projeto seja rediscutido com as entidades de classe e chefias das instituições, para que possamos apresentar sugestões", pontuou o Procurador.

O Presidente da Associação dos Magistrados de Sergipe-AMASE, Antônio Henrique, acredita no apoio dos Senadores sergipanos. "Fomos ouvidos e ouvimos os senadores, os dois que se fizeram presentes compreenderam e firmaram compromisso em nos apoiar", afirmou Antônio Henrique.

O Senador Eduardo Amorim se colocou à disposição das carreiras e afirmou que seu gabinete está de portas abertas para receber representantes de entidades de classe. Prometeu lutar pelos interesses dos magistrados e do Ministério Público.

"Hoje ouvimos autoridades, membros do MP e da Magistratura. Essas pessoas podem nos ajudar lá no Congresso Nacional, estamos unidos nesse enfrentamento para que o servidor não

continua página 4

pague essa conta. Não podemos retroceder, precisamos buscar um caminho melhor. O MP tem dado grandes contribuições para diversos avanços, assim como a Magistratura e é de extrema importância ouvi-los. Reuniões como esta estão sendo realizadas em todo Brasil. Vamos aprimorar esse diálogo para que mais uma lei injusta não seja aprovada. Não queremos retroceder em avanços conquistados depois da redemocratização do país. Considero que tudo precisa ser revisto, se for preciso avaliar e avançar em algumas questões, vamos fazê-lo", afirmou.

Sobre os subsídios, o Senador acredita que a valorização do servidor público é o melhor caminho: "Essa é uma questão muito polêmica e discutida em Brasília. Defendo que o melhor caminho é aquele que valoriza o servidor. Enfim, estamos abertos ao diálogo", concluiu.

O Senador Ricardo Franco também se colocou de forma contrária à aprovação do Projeto de Lei sobre os crimes de abuso de autoridade, sem uma prévia e ampla discussão. O Senador foi além e defendeu o fim do foro privilegiado, que, na sua visão, tem contribuído para aumentar a impunidade em nosso país.

Participaram do ato público o Presidente da AMASE, Antônio Henrique, a Presidente da AMATRA XX, Flávia Pessoa, o Representante da ANPT, Adroaldo Bispo, o Representante da REJUFE, Gilton Batista, e o Representante da ANPR, Rômulo Almeida.

Da Diretoria da ASMP estiveram presentes o Presidente Nilzir Vieira, 1º Vice-Presidente João Rodrigues, 2º Vice-Presidente Diego Gouveia, 1º Tesoureiro Flaviano Almeida, Diretora Social Helena Sanches, e os integrantes da Comissão de Acompanhamento Legislativo Fábio Viegas e Peterson Almeida.

Também prestigiaram o evento o Procurador-Geral de Justiça, Rony Almeida, o Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral, Eduardo d'Ávila, e os associados Adélia Pessoa, Alexandre Albagli, Edyleno Sodré, Elias Pinho e Jarbas Adelino.

Presidente da ASMP participa de VI Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da CONAMP

Trabalhos da ASMP recebem referência especial na reunião e Presidente da entidade é designado para coordenar Comissão em defesa do SUS

Trabalhos da ASMP recebem referência especial da CONAMP

Aconteceu na manhã do dia 5 de agosto, a VI Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da CONAMP. O encontro fez parte da programação do XIII Congresso do Ministério Público do Rio Grande do Sul, realizado na cidade de Gramado.

O principal item da pauta da reunião foi a tramitação do PLP 257/2016. A medida altera a Lei de Responsabilidade Fiscal e afeta drasticamente os orçamentos dos Ministérios Públicos estaduais. Se aprovado, servidores dos MP's seriam demitidos e as atividades de fiscalização seriam reduzidas e enfraquecidas.

O Deputado Federal Henrique Fontana (PT/RS) participou da reunião e afirmou que a busca pelo equilíbrio orçamentário e fiscal do país não pode liquidar com o serviço público brasileiro. Henrique Fontana se comprometeu com o Ministério Público. "Estou muito feliz por estar aqui. Como cidadão brasileiro faço um balanço positivo do conjunto de ações do MP, em relação a eventuais excessos", afirmou o parlamentar.

Representantes de Associações dos Ministérios Públicos de todo Brasil decidiram pela continuidade da mobilização no Congresso Nacional em defesa do Ministério Público. A CONAMP atua em parceria com o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG) e com entidades representativas da Magistratura.

Presidente da ASMP é designado para coordenar Comissão em defesa do SUS

Também participaram da reunião o Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Marcelo Dorneles; os Conselheiros do CNMP Antônio Duarte e Fábio Stica; o Presidente do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP), André Mauro Azevedo, e a Diretora da Escola Nacional do MP, Ana Teresa Silva de Freitas.

A Associação Sergipana do Ministério Público (ASMP) recebeu referência especial na reunião do Conselho Deliberativo da CONAMP, por seu trabalho de articulação no Congresso Nacional, especialmente na discussão do PL 3123 e do PLC 257. Para a Presidente da CONAMP, Norma Cavalcanti, a ASMP tem sido fundamental na viabilização de reuniões com a Liderança do Governo na Câmara dos Deputados, proporcionando subsídios valiosos para o adequado enfrentamento dessas matérias.

O Presidente da ASMP, Nilzir Vieira, também foi homenageado pela Presidente da CONAMP, pela organização da Nota Técnica sobre a classificação da atividade ministerial como de risco. O documento subsidiou o debate no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Na oportunidade, o Presidente da ASMP, Nilzir Vieira, foi escolhido para coordenar trabalhos voltados ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde. Comissão constituída no âmbito da CONAMP para tratar dessa temática também terá representantes das associações dos Ministérios Públicos da Bahia e do Rio Grande do Norte.

Para o Presidente Nilzir Vieira, a iniciativa demonstra que as preocupações da CONAMP transcendem as questões meramente corporativas, reafirmando-se o compromisso da Associação Nacional do Ministério Público com a sociedade brasileira.

"O SUS há muito vem sendo alvo de constantes e vigorosos ataques. São inúmeras as proposituras que tramitam no Congresso Nacional, das quais pode resultar o enfraquecimento do maior sistema de saúde universal e gratuito do mundo. É dever de todos, inclusive do Ministério Público, lutar pela preservação dessa importante conquista de nossa sociedade, incorporada ao texto da Constituição Federal de 1988, confrontando as ameaças à sua consolidação e até mesmo à sua existência", pontuou Nilzir Vieira.

fonte: CONAMP

ASMP discute situação dos Procuradores e Promotores inativos do Ministério Público de Sergipe

Atrasos nos proventos foi tema de reunião com Procurador-Geral de Justiça

Aconteceu na manhã de 8 de agosto, na sede do Ministério Público de Sergipe, uma reunião entre o Presidente da Associação Sergipana do Ministério Público, Nilzir Vieira, o Procurador-Geral de Justiça, Rony Almeida, o Diretor de Assuntos para Aposentados da ASMP, José Renato Sampaio, e associados aposentados.

O objetivo da reunião foi discutir a atual situação dos Procuradores e Promotores de Justiça inativos do Ministério Público de Sergipe, que estão recebendo seus proventos com atraso e de forma parcelada.

O Diretor de Assuntos para Aposentados, José Renato Lima Sampaio, falou da importância da reunião e da mobilização da ASMP:

"A mobilização está intensa, porque a situação é realmente muito grave. Nós somos Procuradores e Promotores de Justiça aposentados e temos uma legislação que nos assegura receber na mesma data que os colegas da ativa, o que não está sendo feito. Pelo contrário, estamos com os salários parcelados e já vamos chegar a 60 dias de atraso, algo muito grave. Esperamos que essa situação seja logo resolvida. Lembro aqui que trabalhamos e contribuímos, pagamos a previdência e estamos nessa situação difícil", ressaltou Doutor José Renato.

Sobre o posicionamento do Governo do Estado, o Diretor lamentou: "Todos nós contribuímos com a Previdência e os nossos salários representam a restituição daquilo que contribuímos. Se o Poder Público não aplicou bem esses recursos de forma a preservar os nossos direitos, isso é lamentável. Esperamos que tudo seja resolvido", concluiu.

Para o associado Carlos Cezar Souza, a intervenção da ASMP tem sido de extrema importância: "Essa mobilização é imprescindível, porque são direitos violados dos aposentados, são prerrogativas. Lembro que não somos nem aposentados, somos inativos, porque somos membros efetivos, apenas não estamos na ativa, mas todas as prerrogativas continuam valendo. Essa luta é perene e vai se estender até conseguirmos alcançar nosso objetivo", afirmou o associado.

O Presidente da ASMP, Nilzir Vieira, afirmou que a luta da Associação para garantir que os direitos dos membros inativos sejam respeitados é permanente. "As tratativas estão avançando, o Sergipe Previdência já iniciou o levantamento de dados técnicos junto aos demais Poderes e Instituições, inclusive já visitou o Ministério Público. De posse desses dados, a expectativa é que seja apresentada uma proposta viável para esses órgãos, de modo a resolver o problema atual do pagamento dos proventos dos nossos membros inativos, que inicialmente sofreram atrasos e agora vem sendo realizado de maneira parcelada. Esperamos que essas discussões avancem ainda mais quando os levantamentos técnicos realizados pelo Sergipe Previdência forem divulgados. Brevemente será agendada uma reunião, já com as chefias do Poder Judiciário e das

continua página 7

Aposentados são recebidos com café da manhã

Instituições autônomas e o Sergipe Previdência, para tentar costurar esse entendimento, tornando possível o retorno definitivo para o MPSE da responsabilidade pela folha de pagamento de seus membros inativos", afirmou o Presidente.

Antes da reunião, os associados aposentados participaram de um café da manhã, oferecido pela ASMP. O propósito da iniciativa foi estimular a integração entre os associados aposentados e aproximá-los ainda mais de nossa entidade de classe.

Comissão de Acompanhamento Legislativo da ASMP participa de Ato em defesa do Ministério Público e da Magistratura

Ato contra aprovação do PLS 280/16 e PLP 257/16 reuniu cerca de 400 pessoas

Foi realizado no 8 de agosto, em Brasília, um ato em defesa da independência e da valorização do Ministério Público e Magistratura. A mobilização foi organizada pela CONAMP e pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (FRENTAS). O objetivo foi chamar a atenção dos Deputados Federais e Senadores para Projetos que atentam contra a independência das carreiras, bem como para a necessária recomposição do orçamento do Judiciário e do Ministério Público.

Mais de 400 membros do Ministério Público e do Poder Judiciário participaram do ato.

A Associação Sergipana do Ministério Público - ASMP foi representada pelos Promotores de Justiça Peterson Barbosa e Ricardo Sobral, membros de sua Comissão de Acompanhamento Legislativo.

Entre as preocupações das entidades estavam os Projetos de Lei que visam intimidar a Magistratura e o Ministério Público, como a nova Lei do Abuso de Autoridade (PLS 280/2016) e o PLP 257/2016, que trata do refinanciamento das dívidas dos Estados e ameaçava a continuidade das Instituições.

A FRENTAS é composta pela Associação Nacional do Ministério Público (CONAMP), Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), Associação dos Magistrados da Justiça Militar Federal (AMAJUM), Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios (AMAGIS/DF) e Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM).

Após a ação no auditório "Nereu Ramos", na Câmara dos Deputados, os participantes do ato foram ao Supremo Tribunal Federal (STF) para um encontro com o Presidente Ricardo Lewandowski.

Um manifesto que afirma preocupação quanto às tentativas de enfraquecimento do Judiciário e solicita "a priorização no julgamento de processos de casos que digam respeito ao combate à corrupção" foi entregue ao Presidente.

Ricardo Lewandowski parabenizou a iniciativa. "Caros colegas, eu queria parabenizar os líderes da Magistratura e do Ministério Público pela iniciativa da luta coletiva em prol das causas republicanas e da democracia do Brasil. Desejo a todos muito êxito nessa empreitada", disse o Presidente do Supremo.

Membros e servidores do Ministério Público de Sergipe comemoram o Dia dos Pais

ASMP participou das homenagens

A Procuradoria-Geral de Justiça e a Associação Sergipana do Ministério Público – ASMP reuniram membros e servidores do Ministério Público de Sergipe, no dia 22 de agosto, no Espaço de Eventos Governador Marcelo Déda, para celebrar o Dia dos Pais. O Coral Vozes da Cidadania fez uma linda apresentação.

O Procurador-Geral de Justiça, José Rony Almeida, fez um breve discurso sobre a importância da relação entre pais e filhos. "Sempre falo que só teremos noção do que é ser Pai quando de fato o formos. Ser Pai é conhecer o amor incondicional, é compreender a importância de cuidar e amar. Sou um pouco avesso a redes sociais, nelas as declarações de amor são tão bonitas, mas muitas vezes a realidade no dia a dia é outra. É o dia a dia que vale, declarar e exercitar esse amor, acompanhar todos os momentos da criação e formação do seu filho, essa é a melhor forma de declarar seu amor", afirmou.

O Presidente da ASMP, Nilzir Vieira, representou a entidade e saudou todos que estavam presentes. "A Associação Sergipana do Ministério Público congratula-se com membros e servidores do MP pela passagem do Dia dos Pais. Nessa celebração, lembramos e enaltecemos essa figura tão importante em nossas vidas. Pai: protetor, educador, que, com seus ensinamentos e, sobretudo, com seus exemplos, molda nosso caráter e, por consequência, nosso destino", declarou.

Ele lembrou o exemplo de vida de São José, pai adotivo de Jesus Cristo. "Mesmo não sendo o genitor, pai biológico de Jesus, reuniu todos os atributos e qualidades que se espera estarem presentes na figura de um Pai. Acompanhou seu filho Jesus Cristo, em seu crescimento "em idade, sabedoria e graça". Estava presente desde o nascimento do Salvador da humanidade, e protegeu sua família, no período em que se fizeram refugiados no Egito. Ensinou sua profissão de carpinteiro, e educou-o na Lei de Moisés, levando-o ao templo. Tomemos, portanto, para nossas vidas como pais, o exemplo de São José", concluiu.

Um vídeo em homenagem aos Pais foi exibido. Em seguida, foi servido um lanche oferecido pela ASMP.

MP recomenda ao Poder Executivo repasse do duodécimo dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública até dia 20 de cada mês

Representação foi formalizada pela ASMP

O Ministério Público de Sergipe, por intermédio da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, recomendou ao Poder Executivo de Sergipe, nas pessoas do Governador do Estado e do Secretário de Estado da Fazenda, que efetue ou disponibilize em conta-corrente, os valores correspondentes às dotações orçamentárias na forma de duodécimos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, até o dia 20 de cada mês.

O procedimento no qual a Recomendação foi expedida foi instaurado a partir de Representação formalizada pela Associação Sergipana do Ministério Público – ASMP, através do Ofício nº 98, de 18/12/2015, em que se noticiou o atraso então verificado no repasse do duodécimo ao MP/SE, em flagrante ofensa aos preceitos dos arts. 168, da Constituição Federal, e 153, da Constituição do Estado de Sergipe.

De acordo com a Recomendação da Promotoria do Patrimônio Público, os depósitos a serem realizados correspondem aos recursos orçamentários de cada órgão, inclusive os créditos suplementares e especiais que lhes são destinados, a fim de que seja assegurada a autonomia constitucional, bem como proporcione, de forma efetiva, em cada órgão, a execução do autogoverno.

Dentre as várias considerações feitas pelo órgão ministerial para expedir a Recomendação, vale ressaltar que os recursos arrecadados, previstos na Lei Orçamentária, não pertencem ao Poder Executivo e, sim, são destinados aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, ou seja, retê-los ou repassá-los da forma como bem se quer, fere a garantia constitucional de independência administrativa e financeira de cada órgão, asseguradas, de forma categórica, nos artigos 99 e 168, da Carta Magna.

O MP recomendou, também, que o Governo do Estado e a Secretaria da Fazenda enviem, no prazo de 10 dias, resposta escrita acerca das providências adotadas, visando o fiel cumprimento da Recomendação, e frisou que a sua não observância ensejará a adoção das medidas judiciais cabíveis.

Fonte: Coordenadoria de Comunicação Ministério Público de Sergipe

---

ASMP propõe extensão de auxílio-saúde a dependentes de planos de saúde

A ASMP formulou requerimento ao Procurador-Geral de Justiça, com o objetivo de que seja estendido o pagamento do auxílio-saúde previsto na Lei Estadual nº 7.375/2011 aos membros do Ministério Público de Sergipe, ativos e inativos, que figurem como dependentes de planos de saúde.

Na fundamentação do pleito, apontou-se que foi recentemente promulgada a Lei Estadual nº 8.104/2016, que, alterando a redação da Lei Estadual nº 6.415/2008, permitiu o pagamento dessa parcela indenizatória aos membros e servidores do Poder Judiciário Sergipano, inclusive quando beneficiários de plano de saúde.

Invocando o princípio da simetria com a Magistratura, a ASMP argumentou que "[...] a sistemática de restringir o pagamento do auxílio-saúde aos agentes ministeriais que titularizem planos de saúde não encontra, *prima facie*, justificação razoável, na medida em que as despesas com a assistência à saúde são indistintamente arcadas pelo(a) colega, seja quando titular, seja quando dependente do plano de saúde".

E conclui: "No mais das vezes, o(a) Promotor(a) ou Procurador(a) de Justiça figura como dependente de plano de saúde, em razão de vínculo especial de seu cônjuge ou parente com plano ou seguro de saúde de acesso mais restrito, que, por suas vantagens no valor ou na cobertura assistencial, acaba se tornando a preferência no momento da contratação".

A matéria encontra-se sob a análise da Procuradoria-Geral de Justiça.

Entrevista com o Promotor de Justiça Dr. Peterson Almeida Barbosa

Ele falou sobre as lutas associativas, que buscam garantir o respeito e cumprimento dos direitos e prerrogativas dos integrantes do Ministério Público Brasileiro

Conversamos com o Promotor de Justiça e membro da Comissão de Acompanhamento Legislativo da ASMP, Peterson Almeida Barbosa, que há 19 anos faz parte do Ministério Publico de Sergipe. Ele falou sobre as lutas associativas, que buscam garantir o respeito e cumprimento dos direitos e prerrogativas dos integrantes do Ministério Público Brasileiro.

01-Este ano o senhor completou 19 anos como Promotor de Justiça do Ministério Público de Sergipe. Qual o balanço que faz desses anos de atuação? Quais os principais desafios em ser membro do MP?

O balanço é extremamente positivo. O Ministério Público, mormente o de Sergipe, alargou o espectro de abrangência que a Constituição de 1988 lhe conferiu. Aceitou os desafios que aquela lhe impôs, respondendo à altura e conferindo à sociedade, via de consequência, todos aqueles direitos. Nos fizemos imprescindíveis, esta é a nossa maior satisfação.

02-Como Promotor de Justiça, qual a importância da sua função para a sociedade?

De certa forma já respondi. Tive o privilégio de acompanhar de casa a evolução do papel do Ministério Público ao longo de meus 43 anos de existência, eis que, quando nasci, minha mãe já era Promotora de Justiça. Testemunhei as dificuldades que ela enfrentou, sem estrutura alguma, sendo praticamente uma "auxiliar de luxo" dos juízes de então, me levando pelos sertões em seus "fusquinhas" por estradas de barro, de sorte que, quando vejo em meu confortável gabinete vários computadores, analistas, técnicos, bem como adentro em nossa bonita sede, até me emociono com tamanha evolução.

03-Durante esses 19 anos de MP, o senhor participou ativamente da defesa da Instituição. Foi membro da Diretoria da Associação Sergipana do Ministério Público (ASMP) e hoje faz parte da Comissão de Acompanhamento Legislativo da atual gestão. Qual a importância da ASMP na representação dos membros ativos e inativos do Ministério Público de Sergipe?

Sempre me identifiquei com as lutas associativas, e, de fato, estive presente em todas as gestões ao longo das últimas duas décadas. Nenhuma das inúmeras conquistas da classe prescindiu da ativa participação da ASMP. Desde o tempo de baluartes como Dr. Iroito Leó e tantos outros, até nosso atual Presidente, tivemos o privilégio de ter à frente da associação bravos e competentes colegas.

04-Como membro da Comissão de Acompanhamento Legislativo o senhor tem participado de diversas ações em Sergipe e em Brasília. Qual o cenário atual? Quais os riscos para o MP e para o Judiciário Brasileiro?

Enormes. Após a deflagração da opera-

continua página 11

ção "Lava Jato" e seu espantoso crescimento, os poderosos incomodados deram início a retaliações de toda ordem, desde a confecção de leis "de encomenda" para tolher nossos direitos e garantias, visando facilitar suas nefastas e criminosas ações, até cortes em nossos orçamentos.

Situação idêntica à ocorrida na Itália, que gerou o enfraquecimento da operação "Mãos Limpas", fonte de inspiração daquela. Ninguém duvida de que, sem a "Lava Jato", não ocorreria o impeachment, quer algo mais sintomático? Corremos sérios riscos de enfraquecimento, daí por que a luta associativa ganha relevo.

05-O Projeto de Lei Complementar 257/2016, que trata da renegociação das dívidas dos Estados, foi aprovado com alterações no texto original. As mudanças foram positivas? Qual a participação das Associações nessas mudanças? As mobilizações foram importantes para que o texto fosse alterado?

Na semana de sua aprovação, a presença de mais de 500 colegas em Brasília foi fundamental para que pontos polêmicos fossem retirados do projeto, a exemplo do que proibia a concessão de reajustes aos servidores. Também foram retirados tópicos que engessariam e levariam ao colapso nossas instituições, a exemplo do que previa a inclusão de terceirizados nos gastos com pessoal, além de incluir nestes as verbas indenizatórias às quais fazemos jus. Nosso limite de gastos atingiria índices insuportáveis, e dificilmente nos adequaríamos ainda que fazendo profundos cortes. Na Bahia, por exemplo, previa-se a exoneração de 42 Promotores Substitutos. Entretanto, sentimos em Brasília que o Governo recuou, mas voltará com mais força com projetos de objetivos similares, a exemplo do que pretende alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal. A luta deve continuar e não pode arrefecer.

06-A Proposta de Emenda à Constituição 241/2016, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, causa preocupação ao Ministério Público? Quais os prejuízos para a sociedade, caso a PEC seja aprovada?

Essa PEC está em espera de parecer do Relator para instalação da Comissão Temporária, e prevê um congelamento por 20 anos nas despesas com direitos sociais, políticas públicas, seguridade social, além de proibir que sejam concedidos reajustes salariais, à exceção daqueles decorrentes de sentença judicial ou advindos de determinações legais anteriores à sua publicação, bem como impede a realização de concursos públicos por aquele período. Desconsidera-se o crescimento vegetativo da pulação e, por conseguinte, de seus gastos. Não se consideram as perdas inflacionárias, a perda do poder de compra dos salários. É dizer, os gastos com saúde, e nossos salários, serão em 2036 os mesmos que em 2016. É uma proposta muito controversa, que exige quórum qualificado(o que é um ponto a nosso favor) e que, mais uma vez e sempre, carecerá da luta associativa.

07-O PLS 280/2016, que define os crimes de abuso de autoridade, prevê situações em que servidores públicos e membros do Judiciário e do Ministério Público podem ser punidos por atos no exercício da função. Para o senhor essa é uma tentativa de intimidação de Juízes, Desembargadores, Promotores e Procuradores de Justiça? Como estão as mobilizações para tentar barrar sua aprovação?

Outra tentativa de enfraquecimento à atuação do MP. Esse projeto estava esquecido, vindo a ser "desenterrado" justamente agora em que o "ressuscitador" é réu na " Lava Jato"; me refiro ao Exmo. Presidente do Senado. A lei de 1965 precisa de fato ser atualizada, mas não é mera coincidência que queiram fazê-lo justamente agora. Esse PLS tolhe a delação premiada em seu art. 3º, que está

continua página 12

sendo a grande responsável pelas descobertas da operação e a partir da qual muito do que foi subtraído está sendo repatriado. Cria amarras às interceptações telefônicas (art. 22); prevê punição de 1 a 5 anos de reclusão para colegas que ingressarem com ações na Justiça sem "justa causa", o que é de um subjetivismo sem precedentes (art. 30), além de punição pelo excesso de prazo nas investigações (art.31), como se fosse possível saber onde uma investigação vai dar e quanto tempo será necessário à sua conclusão.

08-Projetos de Lei da Câmara (PLCs) 27 e 28/2016, que tratam da recomposição parcial dos subsídios da Magistratura e do Ministério Público estão sendo adiados? O senhor acredita que existe algum tipo de boicote à recomposição parcial dos vencimentos da Magistratura e do Ministério Público, quando as recomposições de outras carreiras são aprovadas, inclusive com impacto maior?

Aguardamos ansiosos por sua aprovação no último dia 11-8, porém, lamentavelmente, isso não ocorreu. O projeto está na CEA (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado para emissão de parecer. Referido parecer poderá ser lido em plenário desde que haja um acordo de líderes, indo direto para sanção sem precisar passar pela Câmara dos Deputados. Várias categorias já foram contempladas, restando nós, a Magistratura e o Fisco, justamente os protagonistas das investigações. Esperamos que o Presidente do STF, agora presidindo a instrução do processo de impedimento da senhora Presidente, possa agilizar o processo, antes de sua iminente saída da Presidência da Corte Suprema. Referido projeto visa tão-somente a recomposição (parcial) das perdas inflacionárias.

Na internet, confira todas as novidades da ASMP visitando asmp.org.br